

# **“BELAS E FERAS COM CERTO SENTIDO MAIOR QUE A RAZÃO”: A NOVA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL**

ELAINE FERREIRA DUARTE\*

[Livro: PINSKI, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (org.).  
*Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.]

Nova História das Mulheres no Brasil<sup>1</sup> aborda em suas páginas as transformações vividas pelas mulheres nos séculos XX e XXI. Suas páginas buscam descortinar a trajetória dessas brasileiras, não apenas para compreender o momento atual, mas igualmente para tentar perceber os desafios e obstáculos que as mulheres do nosso século terão pela frente.

Para tanto, este livro reuniu 22 artigos sobre temas variados, mas relevantes para uma maior compreensão do papel da mulher em nossa sociedade. Contemplados por um novo panorama – marcado pelos avanços dos estudos sobre a história de gênero nas últimas décadas, assim como pelo aumento do número de trabalhos ligados a este campo por todo o país – esses

artigos seguem recortes temáticos, analisando as mudanças e permanências experimentas pelas mulheres ao longo do tempo.

Em face desses avanços, verifica-se a revitalização de temas como trabalho, família, educação, imigração, violência, direito, imagens femininas, a partir de atualizações e novos olhares. Outros, como corpo, sexualidade, movimento feminista, participação da mulher no espaço público, igualmente não ficaram indiferentes às inovações das pesquisas. Finalmente, assuntos pouco abordados nas primeiras décadas de pesquisa do gênero – mulheres negras, indígenas e velhas – ganharam espaço e novo fôlego. A síntese desse novo cenário é o que o leitor encontrará ao debruçar-se sobre esta obra.

Para uma visão mais ampla dos temas e da forma como eles são abordados, escolhi cinco artigos para comentar (família, mulheres velhas, legislação, violência, aborto e contracepção), os quais retratam muito bem esse novo panorama da história de gênero no Brasil.

No capítulo sobre a família, Ana Silvia Scott esclarece que o papel da mulher na sociedade mudou e com ele, instituições fundamentais como a família também mudaram. De um modelo de família pautado nos valores patriarcais, heranças do período colonial, vê-se emergir novos arranjos familiares. E para mostrar de forma mais coerente esse processo, Scott remontou ao século XIX, cujos valores começaram a ser questionados, a partir da virada para o século XX. Embora, ressalta a autora, a subalternidade e a dependência das mulheres em relação aos homens na família tenha se conservado por um longo tempo, ainda que de forma disfarçada.

O início do século XX foi marcado pelos valores da chamada “família conjugal moderna” e pelo amor romântico, idealizado, que conferia à mulher os papéis de mãe dedicada e esposa afetiva. Nesse contexto, até a década de 1960, “as mulheres desfrutavam de um espaço de realização muito restrito, definido pelos papéis que a ‘natureza’ lhes havia determinado e pela moral imperante na época.”<sup>2</sup> A partir desta década, mudanças institucionais e sociais continuaram a ocorrer como a mudança introduzida pelo Estatuto da Mulher Casada (1962), o qual conferiu também a mulher a responsabilidade por suprir materialmente a família. Foi também nessa década que as mulheres passaram a ter acesso a métodos contraceptivos mais eficientes no Brasil, com o início da

comercialização da pílula anticoncepcional. Cada vez mais vigoroso, o movimento feminista desafiava os valores da “tradicional família brasileira”, encontrando em mulheres como a atriz Leila Diniz (1969) porta-vozes de novos tempos. Diante de um conjunto de mudanças, ocorridas no país ao longo dos anos 60 e 70, as mulheres conseguiram ampliar o seu espaço de realização.

Sinais desses novos tempos, acompanhou-se o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e com ele, a oportunidade da mulher obter o próprio sustento para além do casamento e mesmo o de ocupar uma posição mais igualitária na relação conjugal. Da mesma forma, a queda da natalidade, a partir da possibilidade de controlar a concepção, resultou na diminuição do tamanho da família. O planejamento é uma das bases desse novo modelo de família.

Distante da submissão, a mulher das últimas décadas do século XX percebeu-se imanada de poder decisório com relação ao seu próprio corpo. Outro aspecto desse novo quadro foi a queda no número dos casamentos legalizados e das uniões realizadas apenas no religioso. Em contrapartida, ocorreu um aumento no número de uniões informais, bem como das separações e divórcios. A respeito do século XXI, percebe-se que a sociedade brasileira ainda é atravessada pela desigualdade, vivenciada pelas mulheres em seu cotidiano. Segundo a autora,

as transformações no casamento e na família indicam que interesses e projetos individuais assumem hoje lugar fundamental também na vida das mulheres, que se veem em funções que extrapolam o espaço da família.<sup>3</sup>

Todas essas mudanças, contudo, não significam que a instituição família esteja ameaçada de desaparecer. Elas revelam, ao contrário, que esta instituição permanece forte, porém mais flexível com seus novos arranjos e possibilidades.

Em seu capítulo sobre Mulheres Velhas, Alda Brito da Motta ressalta a escassez de pesquisa e de documentação sistemática sobre este tema, sendo um dos recursos possíveis para suprir tal escassez a utilização da história oral.

Explica ainda que a percepção do processo de envelhecimento ocorre de modo diferenciado, considerando-se o momento histórico e o segmento social.

Mais uma vez, as mudanças das décadas de 60 e 70 foram responsáveis por uma importante revitalização dessa fase da vida feminina: ao final da década de 1970 surgiu, na Europa, o conceito da “terceira-idade”, com ênfase e aceitação social mais intensas nos anos 80 e 90. Atuante em pleno século XXI, o público alvo deste conceito são os chamados “idosos jovens”, mais especificamente, mulheres maduras e já liberadas das obrigações e dos compromissos familiares, pertencentes a classe média e que dispõem de tempo e pensões ou proventos para usufruírem.

É neste momento que, segundo a autora, as mulheres velhas entram na História: não enquanto indivíduos, mas como um coletivo, a partir de um processo de institucionalização do idoso, percebido agora enquanto um sujeito com direitos e “para quem são organizados e oferecidos aqueles serviços específicos de viagens, festas, congressos, cursos, ‘grupos de convivência’ e ‘universidades’”.<sup>4</sup>

Assumindo uma imagem mais dinâmica e alegre, e se beneficiando dos avanços das ciências, esse grupo social atua significativamente no processo de reconfiguração da família, muitas das quais já contam com a coexistência de duas gerações de idosos. Hoje, destaca a autora, “está-se tentando reabilitar a palavra velho/velha proscrita pela ânsia da sociedade de consumo em eufemizar a ‘idade’ e disfarçar a fobia social a essa etapa da vida (...)”<sup>5</sup>

No âmbito do direito, Iáris Ramalho Cortês analisou a condição feminina diante de questões como a violência doméstica, a igualdade de direitos com relação aos homens e o aborto. Cortês propôs-se a avaliar a condição feminina sob a ótica das legislações que vigoraram e vigoram no Brasil, desde a constituição de 1824 – da qual, aliás, a mulher estava excluída – até a que está em vigor atualmente. Analisou ainda o código civil de 1916 e 2002, sem deixar de lado outras legislações importantes como a chamada Lei Maria da Penha.

Com um olhar atento, Cortês revela a trajetória da luta feminina para ampliar seus direitos, ressaltando seus avanços – ocorridos de forma lenta é verdade – e suas carências. Sobre os direitos das mulheres, enfatiza que esses

foram obtidos com muita luta e dificuldade, faltando, contudo, “garantias maiores para o cumprimento das leis existentes.”<sup>6</sup>

Lana Lage e Maria Beatriz Nader, por sua vez, debruçaram-se sobre a questão da violência contra a mulher enquanto um problema social que “tem sido alvo de políticas públicas, legislações e ações de organizações não governamentais, com o objetivo de coibi-la e proteger suas vítimas.”<sup>7</sup>

Se em um primeiro momento a violência contra a mulher não era tida como um problema social, necessitando então da intervenção do Estado, a partir da segunda metade do século XX esse quadro começou a mudar. O movimento feminista encarregou-se de por em causa a situação de submissão e vulnerabilidade a qual as mulheres estavam expostas, enfraquecendo a legitimidade das diversas formas de violência por elas sofridas. Era o início de um novo momento da História, no qual a violência contra a mulher não seria mais aceita, contando largamente com a indignação e o apoio da sociedade.

Ainda no campo dos direitos das mulheres, Debora Diniz tratou do assunto aborto e contracepção, mais precisamente a luta pela descriminalização do aborto, bem como os efeitos da criminalização do aborto no Brasil. Entre as dificuldades que os estudiosos do tema se deparam, Diniz destaca a escassez de fontes e o fato de que as fontes disponíveis são, em sua maioria, produzidas por autoridades médicas e jurídicas, uma vez que o aborto ainda é crime em nosso país.

Enquanto nos anos 70, o aborto estava relacionado à morte materna – sendo, apesar disto, pouco discutido como uma questão de saúde pública –, nos anos 90, tornou-se uma bandeira do feminismo na luta pela soberania feminina sobre o seu corpo e por políticas públicas efetivas. Como resultado, viu-se a regulamentação de normas técnicas de aborto legal pelo Ministério da Saúde.

Nesse contexto, os avanços da medicina reprodutiva lançaram um novo olhar sobre o aborto, confrontando-o com o planejamento reprodutivo. Da mesma forma, as novas tecnologias provocaram uma inquietação em torno do aborto “ao permitirem o diagnóstico de má-formação fetal incompatível com a sobrevivência do feto”.<sup>8</sup> É possível perceber os efeitos da criminalização do aborto a partir da análise das causas de mortalidade materna. Ainda assim, descriminalização do aborto permanece um assunto controverso e polêmico.

Trata-se, enfim, de um livro feito por especialistas de diferentes áreas – História, Sociologia, Antropologia, Direito e Psicologia – porém destinado “a homens e mulheres que acreditam que compreender as relações sociais por meio da História contribui para melhorar o entendimento entre as pessoas”.<sup>9</sup> Uma obra instigante, abrangente e atualizada. Contudo, a melhor definição para esta obra só poderia ser dada pelas próprias autoras, as quais encararam este trabalho, não como uma coletânea, mas como “um conjunto coerente, estruturado a partir de uma orientação clara. Um livro sério, profundo no conteúdo, agradável na forma. Ousado e relevante. Gostoso de ler.”<sup>10</sup>

De fato, uma leitura instigante e aprazível, que diz respeito a todas nós mulheres, mães, chefes de família, profissionais, avós..., sem deixar de ser interessante aos homens, com os quais, de forma direta ou indireta, compartilhamos a vida.

## Notas

---

\* Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de História do Brasil, com ênfase em História do Brasil Império, privilegiando os seguintes temas: cultura política, relações culturais, ensino militar e história militar. Atua na área de pesquisa histórica desde 1998. Atualmente é professora da Secretaria Municipal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: elainehis@ig.com.br

<sup>1</sup> PINSKI, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (org.) *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2012.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p.21.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p.30.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p.94.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.96.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p.283.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 286.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p.325.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p.10.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p.11.

Data de envio: 26/10/2012

Data de aceite: 24/11/2012